



PERSPECTIVAS DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA BREVE REVISÃO DA LITERATURA

NATHANAEL RODRIGUES MAGALHÃES

RESUMO

Introdução. De acordo com o IBGE, no Brasil, cerca de 18,6 milhões de pessoas de 2 anos de idade ou mais tinham algum tipo de deficiência em 2022. Ainda de acordo com IBGE, em 2022, no terceiro trimestre 19,5% das pessoas com deficiência eram analfabetas, sendo um alto índice levando em consideração que entre os não deficientes a taxa era de apenas 4,1%, e somente 25,6% das pessoas com deficiência tinham concluído o ensino médio. **Materiais e métodos.** Esta pesquisa se configura como uma revisão de literatura e de abordagem qualitativa, que se comprometerá em investigar e debater algumas perspectivas da educação especial. **Conclusão.** Após a verificação dos dados, podemos concluir que aspectos negativos referentes a educação especial servirá de base para futuras investigações acerca da temática aqui pesquisada.

Palavras-chave: Práticas. Desafios. Possibilidades.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o IBGE, no Brasil, cerca de 18,6 milhões de pessoas de 2 anos de idade ou mais tinham algum tipo de deficiência em 2022, com uma taxa de 47,2% de pessoas diagnosticadas com alguma deficiência com idade igual ou superior a 60 anos. Ainda de acordo com IBGE, em 2022, no terceiro trimestre 19,5% das pessoas com deficiência eram analfabetas, sendo um alto índice levando em consideração que entre os não deficientes a taxa era de apenas 4,1%, e somente 25,6% das pessoas com deficiência tinham concluído o ensino médio (OLIVEIRA; SOUSA, 2024).

Implementar um ensino que promova a inclusão escolar dos estudantes da educação especial é um objetivo que não vem sendo alcançado pela grande maioria das escolas. Durante e após o meu processo de formação acadêmica acompanho rotineiramente os mais “belos” debates realizados em encontros formativos, conferências, congressos e outros eventos relacionados ao assunto, que buscam encontrar a maior “estrela brilhante” deste imenso túnel de incertezas. Porém observo que pouco se busca entender acerca das principais dificuldades encontradas e vivenciadas diariamente pelos professores em seus estabelecimentos de ensino, ou seja, como e onde investir sem antes conhecer o que realmente é necessário fazer (FREITAS, 2023).

A realidade mostra um cenário ainda mais desafiador daquilo que se imagina, e isso não afirmo com palavras vagas, mas com a lucidez de quem observa na prática tais dificuldades, com alunos que são cotidianamente desrespeitados pelo simples fato de frequentarem um espaço que não foi e que não está preparado para recebê-los com padrões mínimos de respeito e dignidade. Neste sentido é importante salientar que não podemos omitir a nossa parcela de responsabilidade neste problema (RODRIGUES; OLIVEIRA; SILVA, 2024). Os atuais estabelecimentos de ensino não estão preparados para receber os “diferentes”, pois foram pensados e arquitetados historicamente para atender um perfil de aluno tido como “normal”.

Sendo assim é de grande relevância os conhecimentos acerca de questões relacionadas a educação especial, principalmente no Brasil, pois a cada pedaço de entendimento é possível desenvolver intervenções melhor orientadas no sentido de difundir ideias que possam contribuir para a melhora da qualidade de oferta desta modalidade de educação no país (LIMA, 2024). Neste sentido o principal objetivo desta pesquisa é versar acerca das perspectivas de uma educação inclusiva na educação especial.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa se configura como uma revisão de literatura e de abordagem qualitativa, que se comprometerá em investigar e debater algumas perspectivas da educação especial. As pesquisas que se configuram como estudos de revisão de literatura buscam nas vastas bases de dados de investigações científicas obter informações para futuras discussões sobre o assunto. Já a análise qualitativa não envolve quantificações, ou seja, o principal objetivo é o desenvolvimento do entendimento geral do estudo (RODRIGUES; OLIVEIRA; SILVA, 2024).

Foram incluídos para construção desta pesquisa no que diz respeito a busca por dados que forneçam informações relevantes e confiáveis: a) estudos completos; b) com cinco anos de publicação; c) gratuitos. E foram excluídos: a) estudos duplicados; b) não dispostos na íntegra; c) não traduzidos para o português. Os dados obtidos serão dispostos abaixo, cuidadosamente analisados, apresentados e discutidos com auxílio da literatura, de maneira que não haverá nenhum posicionamento pessoal do pesquisador para interferir ou distorcer as afirmações dos dados alcançados. Os dados obtidos foram buscados em bases e periódicos acadêmicos como: Scielo; Revista sociedade e educação; Base de dados da CAPES, dentre outros.

Todos os resultados encontrados nesta investigação científica foram desenvolvidos através de análises nos estudos incluídos para construção desta pesquisa, e tais estudos foram selecionados por busca com filtros descritores que possuíam relação direta com a temática aqui investigada. Vale ressaltar que o objeto de estudo desta investigação não possui quantidade considerável de pesquisas já publicadas recentemente.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Brasil (1998) o direito a educação é garantido a todas as pessoas e está presente em diversas legislações que tratam acerca do assunto. Porém mesmo presente na constituição federal (Brasil, 1998) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), tal garantia ainda precisa ser assegurada de forma efetiva, e no contexto escolar, principalmente, no tocante aos caminhos educacionais trilhados pelos estudantes da educação especial (Silva; Machado; Silva, 2016).

A Educação Especial e Inclusiva são áreas da educação que se concentram em garantir que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades ou deficiências, tenham acesso a oportunidades educacionais de qualidade. A Educação especial busca oferecer as condições e os recursos necessários aos estudantes com deficiência, que em seu conjunto compreendem deficiências físicas, intelectuais, sensoriais, emocionais. A escola deve oferecer os suportes necessários, afim de garantir que todos os alunos com deficiência possam adquirir conhecimento e preparação para a vida e para o mundo do trabalho, isto é, garantir também uma Educação Inclusiva (Dornellas, p.3).

Como afirma Brasil (2008) A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI atua no cenário da educação especial e trata acerca das questões e manejos necessários para se promover uma educação verdadeiramente inclusiva aos discentes considerados como o público alvo da educação especial em salas de aula de ensino regular, como direitos de acesso e permanência no ambiente escolar, questões pedagógicas, aspectos físicos e estruturais das escolas, dentre outros direitos necessários para a efetivação de uma

educação inclusiva. Neste sentido Gabriel e Drago (2022) mostram que é de conhecimento de toda comunidade educacional que se fazem necessárias práticas de inclusão no cenário escolar. A Educação Inclusiva busca olhar para a múltiplas condições físicas e psicossociais dos alunos com deficiência, para assim, atender a cada necessidade específica, de forma a permitir o acesso e a participação no processo de ensino-aprendizagem, isto garante equidade e igualdade de condições. É claro que isto envolve a implementação de políticas públicas, práticas e recursos que atendam a todos, e é por isso que, apresentamos aqui em linhas gerais, os avanços na educação especial que acima de tudo, garante o acesso ao ensino como um direito de todos (Dornellas, p.3).

Conforme afirma Bezerra (2020) as temáticas relacionadas acerca da educação especial e perspectivas direcionadas a uma educação inclusiva se configuram como uma área abrangente no que diz respeito aos questionamentos sobre as possibilidades e dificuldades encontradas por professores e gestores escolares para ofertar aos alunos da educação especial um ensino mais inclusivo, o que é garantido por leis, contudo, pode-se afirmar que na realidade de muitas escolas tal inclusão não ocorre, seja por falta de recursos necessários na educação especial, seja pela ausência de preparação dos profissionais da educação. Segundo o autor a educação especial é caracterizada principalmente por ofertar os serviços educacionais necessários a promoção de um ensino que desenvolva as capacidades integrais dos estudantes diagnosticados com algum tipo de deficiência, contribuindo assim principalmente para o processo de inclusão escolar destes alunos.

Embora a inclusão seja um direito assegurado por lei, a questão da acessibilidade e permanência dos estudantes nas atividades que envolvam pertencimento ao grupo é de fundamental importância para o desenvolvimento do educando com alguma deficiência. A equipe escolar, incluindo todos os profissionais técnicos administrativos, tem influência crucial para que a inclusão alcance o êxito, uma vez que, na prática docente, restringir as tarefas dos cuidados à professora ou ao professor mostrou-se limitado para atingir os resultados de socialização dos educandos (Santos, p. 4, 2024)

Já Freitas (2023) confirma que a efetivação de uma educação inclusiva no cenário educacional do Brasil ainda se configura como um grande desafio, necessitando a existência de uma ação interventora que possibilite a superação da situação atual, e para ser possível implementar de tal intervenção é necessário, primordialmente, dentre outras coisas, conhecer as dificuldades vivenciadas por gestores e professores dos estabelecimentos escolares.

A Constituição Federal (CF) de 1988, estabeleceu a Educação como um direito de todos conforme Art. 205, e, de acordo com a própria redação da Carta Magna, devendo ser ministrado dentre outros princípios o de “I -igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Dornellas, p.4).

Conforme afirmam Franco e Gomes (2020) tratar das questões que buscam a superação de um modelo educacional que não tem sido suficiente para ofertar uma formação inclusiva aos estudantes da educação especial é uma necessidade de caráter emergente. Entender como ocorre a atuação dos professores que ministram aulas em turmas formadas por alunos com e sem deficiência é um processo que certamente grandes benefícios para toda comunidade escolar, pois antes de buscar a solução para um problema historicamente conhecido, é preciso conhecê-lo inteiramente para implementação de intervenções conscientes.

A inclusão escolar não se restringe apenas ao acesso à escola, à garantia da matrícula e à inserção física do estudante, mas ao envolvimento pedagógico, para que o educando permaneça e desenvolva suas habilidades e potencialidades que trazem consigo. É nessa perspectiva de aprofundamento de questões conceituais, garantia de acessibilidade ao currículo educacional, quebras de barreiras atitudinais e

pedagógicas, além de formações continuadas e mudanças substanciais na forma de ensinar, que a construção do conhecimento será ampliada e a aprendizagem do educando será significativa e plena (Santos; Silva, 2024, P.9).

Em diversos de seus estudos Fraco e Gomes (2020) dizem que a produção de um trabalho científico que trará como resultado a verificação de algumas das principais perspectivas da educação especial fornece meios para vencer diversas dificuldades sobre o fenômeno estudado. Conhecer tais dificuldades significa encontrar possibilidades de intervenções que venham a proporcionar a possibilidade de superação deste cenário, pois conhecendo melhor o problema é possível saber pontualmente onde e como intervir.

Os desafios da educação inclusiva ainda são significativos, com destaque para a escassez de recursos, a falta de professores especializados e o desinteresse de gestores e governantes. A superação desses obstáculos exige a transformação da cultura e da prática escolar, um processo que vai além das fronteiras da escola, visando a integração e o respeito às diferenças em todos os aspectos da vida social (Lima, 2024, p. 13).

Neste sentido Monteiro (2024) informa que os professores se veem diante de uma grande problemática, necessitando assim a necessidade de preparação profissional no que diz respeito ao conhecimento acerca do manejo de ferramentas e práticas pedagógicas, para adaptar o ensino nas mais diversas e importantes disciplinas do currículo escolar. Sabe-se que o ensino fundamental é uma importante etapa da educação básica e tem grande papel de relevância no que diz respeito a formação cidadã das pessoas, pois neste período o aluno tem acesso a uma grande quantidade de informações importantes ao entendimento dos conteúdos das disciplinas. Com isso Lima (2024) mostra que ao incorporar a pesquisa como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, o professor não só potencializa a sua prática pedagógica, como também promove uma educação mais significativa e transformadora, preparando os alunos para serem agentes de mudança em suas vidas e na sociedade em que estão inseridos. A indissociabilidade entre ensino e pesquisa é um caminho essencial para a construção de um ensino de qualidade e para o desenvolvimento integral dos estudantes.

A Inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino é um processo que se concretiza no Brasil por meio de uma política de educação inclusiva, cujo pressuposto filosófico compreende a construção de uma escola inclusiva. Então, A formação continuada do professor é enfatizada como elemento essencial para que a inclusão educacional possa ser concretizada na escola pública? Na escola pública Escola Municipal Monsenhor Linhares, Fortaleza, Ceará, Brasil, essa formação é ferramenta necessária no processo inclusivo? É possível atender ao aluno com deficiência, sendo que, na sala de aula, regular onde existem outros alunos que, muitas vezes, não entendem quando a professora faz sua explicação à turma e passa a dar, simultaneamente, uma atenção especial e individual ao aluno com deficiência (Monteiro, p.3, 2024).

Mudar uma estrutura educacional historicamente construída e que até dias atuais parece não ter modificado a sua estrutura de funcionalidade parece ser um desafio que todos devemos aceitar e lutar para que tal estrutura possa ser modificada, fica assim necessário uma atuação conjunta e bem orientada que possibilite uma realidade diferente as pessoas com deficiência que frequentam diariamente a rede de ensino escolar no Brasil.

4 CONCLUSÃO

Após a verificação dos dados, podemos concluir que aspectos negativos referentes a educação especial servirá de base para futuras investigações acerca da temática aqui pesquisada. É possível finalizar afirmando que este estudo não tem, e nem é objetivo, finalizar ou esgotar

os debates desta natureza investigativa. Finalmente é importante salientar a importância de investigações científicas que tratam acerca das perspectivas da educação especial, pois se trata de uma modalidade da educação de nosso país que precisa ser melhor entendida.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Giovani Ferreira. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: a problemática do profissional de apoio à inclusão escolar como um de seus efeitos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, p. 673-688, 2020.

DORNELLAS, Maria Nazaré Rodrigues Oliveira. EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA APRECIACÃO, LEITURA E PRÁTICA ARTÍSTICA. **Revista Acadêmica Online**, v. 10, n. 51, p. 1-12, 2024.

FRANCO, Renata Maria da Silva; GOMES, Claudia. Educação Inclusiva para além da educação especial: uma revisão parcial das produções nacionais. **Revista Psicopedagogia**, v. 37, n. 113, p. 194-207, 2020.

FREITAS, Marcos Cezar de. Educação inclusiva: Diferenças entre acesso, acessibilidade e inclusão. **Cadernos de Pesquisa**, v. 53, p. e10084, 2023.

GABRIEL, Emilio; DRAGO, Rogério. Educação Especial e Educação Inclusiva no Contexto das Políticas Públicas: uma revisão histórica e legal. **Revista Transformar**, v. 15, n. 2, p. 66-83, 2022.

LIMA, Edléia Santana. ENTENDENDO A EDUCAÇÃO ESPECIAL ATRAVÉS DOS OLHOS DOS PROFESSORES DO ENSINO REGULAR. **Revista OWL (OWL Journal)-REVISTA INTERDISCIPLINAR DE ENSINO E EDUCAÇÃO**, v. 2, n. 2, p. 262-274, 2024.

OLIVEIRA, Júlio Maurilio Cavalcante; SOUSA, Ana Paula Veloso de Assis. INCLUSÃO ADIADA: ANALISANDO OS DESAFIOS PARA EFETIVAR OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NO BRASIL À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS E DO DIREITO CIVIL. **Revista Acadêmica Online**, v. 10, n. 51, p. 1-19, 2024.

MONTEIRO, Maria Neuvany Do Nascimento. A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR NA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO DE ALUNO COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA PÚBLICA DE FORTALEZA: UM ESTUDO DE CASO.

SILVA, Régis Henrique dos Reis; MACHADO, Robson; SILVA, Ribamar Nogueira da. Golpe de 2016 e a educação no Brasil: implicações nas políticas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 19, p. e019058-e019058, 2019.

RODRIGUES, Mara Cristina Oliveira; OLIVEIRA, Guilherme Saramago; SILVA, Fernanda Duarte Araújo. A Análise de Conteúdo na pesquisa qualitativa em educação. **HUMANIDADES E TECNOLOGIA (FINOM)**, v. 46, n. 1, p. 165-174, 2024.

SANTOS, Andrea Oliveira et al. Inclusão do aluno com transtorno do espectro do autismo em uma escola municipal baiana. **Revista Inter-Ação**, v. 49, n. 1, p. 450-462, 2024.